

A INFLUÊNCIA DA CULTURA GRAFOCÊNTRICA NA ESTIGMATIZAÇÃO DAS VARIANTES LINGUÍSTICAS THE INFLUENCE OF GRAPHOCENTRIC CULTURE ON THE STIGMATIZATION OF LINGUISTIC VARIANTS

Alexandre Henrique dos Santos Monteiro¹

RESUMO: O presente artigo tem a pretensão de elencar alguns argumentos que justifiquem os estigmas gerados sobre as variantes linguísticas – sobretudo as de modalidade oral – a partir da hipótese de que esses estigmas são consequências naturais de sociedades grafocêntricas. Desenvolvendo os conceitos basilares acerca dos fenômenos de variação e de mudança linguística, sob a tutela da Linguística Histórica em diálogo com a Sociolinguística, buscamos demonstrar que esses fenômenos linguísticos são naturais a quaisquer línguas faladas no mundo. Em contraponto, mostramos como as peculiaridades da modalidade escrita fizeram com que ela mesma fosse eleita como forma oficial de expressão pelas instituições do Estado nas sociedades modernas, colaborando para a organização social, econômica e cultural dessas sociedades. Considerando assim que a organização social e cultural da terra recém-conquistada foi-se estruturando em torno da língua do colonizador – a Língua Portuguesa –, mais uma representante da cultura escrita europeia, nada mais natural que mantivéssemos características inerentes a esse desenvolvimento cultural.

Palavras-chave: Variação. Mudança. Escrita. Grafocentrismo. Estigma.

ABSTRACT: The present article intends to list some arguments that justify the stigmas generated about linguistic variants – especially those of an oral modality – based on the hypothesis that these stigmas are natural consequences of graphocentric societies. Developing the basic concepts about the phenomena of variation and linguistic change, under the tutelage of Historical Linguistics in dialogue with Sociolinguistics, we seek to demonstrate that these linguistic phenomena are natural to any languages spoken in the world. In contrast, we show how the peculiarities of the written modality have led it to be elected as an official form of expression by state institutions in modern societies, contributing to the social, economic and cultural organization of these societies. Thus, considering that the social and cultural organization of the newly conquered land was structured around the colonizer language - the Portuguese language -, yet another representative of the European written culture, nothing more natural than maintaining the characteristics inherent to this cultural development.

Keywords: Variation. Change. Writing. Graphocentrism. Stigma.

¹ Doutorando em Estudos de Língua. UERJ. falaminhalingua01@gmail.com

INTRODUÇÃO

“(…) a mudança linguística está envolvida por um complexo jogo de valores sociais que podem bloquear, retardar ou acelerar sua expansão de uma para outra variedade da língua (...)” (FARACO, 2006, p.29)

A heterogeneidade étnica típica de qualquer sociedade moderna, e extremamente acintosa na sociedade brasileira, pode ser considerada uma das forças motrizes para as mudanças linguísticas. Um país como o Brasil, com dimensões continentais e um passado atravessado por uma efervescente miscigenação cultural, além de uma das atuais piores distribuições de renda do mundo, naturalmente gozaria de uma riqueza linguística expressa em inúmeras variações. No entanto, em razão de nossa colonização europeia, passamos de uma sociedade basicamente oral – tomando como referência a chegada dos portugueses – para uma sociedade de cultura grafocêntrica, permitindo que a imagem de Língua Portuguesa introduzida aqui, cultivada pela tradição gramatical e veiculada pela escola refletisse um modelo cristalizado, abstratamente uniforme, totalmente distante da realidade sincrônica da língua, tanto da modalidade falada, quanto da modalidade escrita. Esse modelo de língua foi erroneamente identificado como conceito único de língua, excluindo outras formas de expressão, semioticamente funcionais, como incorretas. É fato que a associação entre o letramento – consequente do grafocentrismo – e o conceito de sociedade evoluída colaborou, e ainda colabora, para estigmatização das variantes linguísticas – principalmente da modalidade falada – em detrimento do “padrão” imposto oficialmente na modalidade escrita.

Em outras palavras, entendemos que as variedades linguísticas, naturalmente lógicas mediante os aspectos geográficos, sociais e econômicos inferidos pelo excerto acima, sofrem pesado estigma social em razão de nossa cultura grafocêntrica. Ainda que, no território brasileiro a Língua Portuguesa coadjuve com tantas outras línguas de base oral, bem como muitas variantes dela mesma, nossa estrutura administrativa, jurídica, religiosa e acadêmica sustenta-se em uma variante oficialmente chancelada como língua de Estado, expressa em modalidade escrita. Dado o exposto, pretendemos mostrar a maneira como nossa cultura grafocêntrica colabora para estigmatização de variantes linguísticas, principalmente em sua expressão oral, destacando em nossa análise os conceitos de “variação” e de “mudança”, respectivamente como *um processo inicial caracterizado pelo*

aparecimento e coexistência de formas diferentes que implicam um mesmo referente no mundo e um estágio mais avançado, onde uma forma, por escolha ou prevalência, goza de maior frequência do que as demais; mostrando assim de que modo uma sociedade grafocêntrica estrutura suas instituições em torno da escrita, buscando, a partir daí, relacionar essa cultura aos estigmas sobre as variantes linguísticas.

1 VARIAÇÃO E MUDANÇA: naturais a qualquer língua falada

Como forma de introdução ao fenômeno *variação linguística*, julgamos, por necessária clareza metodológica, cotejar duas definições acadêmicas acerca desse fenômeno:

A existência de diferenças perceptíveis no modo como uma língua é usada numa comunidade de fala. É lugar comum observar que uma mesma língua não é usada de maneira totalmente homogênea no interior de uma mesma comunidade. Os economistas do Banco Central não falam como os encanadores; os homens não falam como as mulheres; os idosos não falam como os jovens. Nem mesmo a fala de uma mesma pessoa é homogênea: você não fala do mesmo modo quando está jogando conversa fora com os amigos no boteco e quando está sendo entrevistado como parte do processo de seleção para um emprego, e, mesmo num único contexto, você pode dizer *telefonema* ou *Fui prejudicado* num momento, e *ligada/fio* ou *Entrei no preju/ tomei na cabeça* no momento seguinte, (Trask, 2015, p. 303).

Por sua vez, Camara Jr, J. M. (1986), o outro acadêmico de cujo posicionamento conceitual vamos dispor e grande expoente da linguística brasileira, define variação como:

Consequência da propriedade da linguagem de nunca ser idêntica em suas formas através da multiplicidade do discurso. Essa variação real é compensada por uma invariabilidade imanente, que faz de cada realização, a rigor diferente de qualquer outra, a apresentação de uma invariante que é seu Padrão. Assim, sob a variação incessante dos discursos há a invariabilidade de um modelo, a que essa variação se refere, e cujo sistema constitui a LÍNGUA, no sentido em Saussure a opunha a discurso. Cada elemento padronizado da língua tem suas VARIANTES; há assim as variantes do fonema, do morfema, do semantema e dos padrões frasais. A variação pode ser livre, quando decorrente da própria impossibilidade de se repetir uma forma sempre exatamente da mesma maneira e de se chegar a uma identificação absoluta de realização entre todos os falantes de uma língua, ou pode ser estilística quando há a intenção do apelo e da manifestação psíquica (Camara Jr., 1986, p. 239).

Nessa correlação, foi-nos possível perceber que é pacífico aceitar a variação como um fenômeno natural à língua em seus diferentes modos. Em outros termos, poderíamos definir *variação linguística* como o conjunto de duas ou mais formas linguísticas diferentes coexistentes em um mesmo conceito de língua nacional que veiculam um mesmo sentido para um mesmo elemento da realidade. O estudo da *variação linguística* paga um importante tributo às investigações do grupo de sociolinguistas liderados pelo pesquisador William Labov, uma vez que ele foi o maior responsável por tirar o fenômeno de variação do contexto de marginal em que se encontrava, permitindo destacar, por meio de estudos quantitativos, padrões de comportamento linguístico que eram antes obliterados e descobrir que a variação é intrínseca a qualquer língua, e, como podemos elucidar, veículo natural de mudanças linguísticas.

Hoje a Dialectologia, a Linguística Histórica e a Sociolinguística são algumas das responsáveis – cada uma em sua perspectiva – pelo estudo das *variedades linguísticas*, mostrando que as línguas são realidades heterogêneas, multifacetadas, possuidoras de uma natureza dinâmica, que, em combinação com forças internas e externas – influências sociais, geográficas, ideológicas, contextuais e retóricas – apresentam na variação sua característica mais natural. Por isso, julgar uma língua por uma perspectiva que a considere um sistema de códigos imutáveis – como faz o senso comum, e até alguns intelectuais – é equivocado. Ao nos referimos à expressão “Língua Portuguesa” em relação sinonímica com o conceito de variante padrão, ou a língua oficial do Brasil, não estamos só idealizando um sistema ideal, fixo e imutável, mas a uma espécie de invólucro simbólico que vela, coage e se impõem sobre as outras variantes tão somente por razões sociais, históricas e econômicas, já que não se encontram para isso razões semióticas lastreadas por algum embasamento científico.

A variedade padrão de uma comunidade – também chamada norma culta, ou língua culta – não é, como senso comum faz crer, a língua por excelência, a língua original, posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo “correto” de falar. Tradicionalmente, o melhor modo de falar e as regras do bom uso correspondem aos hábitos linguísticos dos grupos socialmente dominantes. Em nossas sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão, historicamente, coincide com a variedade

falada pelas classes sociais altas, de determinadas regiões geográficas. Ou melhor, coincide com a variedade linguística falada pela nobreza, pela burguesia, pelo habitante de núcleos urbanos, que são centros de poder econômico e do sistema cultural predominantes (Alkmim, 2012, p.42).

Vistas assim, por um prisma científico, as *variantes linguísticas* em qualquer um de seus níveis, jamais implicam problemas de comunicação, pois, em seus respectivos contextos de emprego, conseguem cumprir função comunicativa, articulando as experiências e as intenções retóricas do grupo que representam, além de possuírem uma organização combinatória que legitima sua estrutura e sua coerência internas e, conseqüentemente, o entendimento das informações que veiculam (Faraco, 2006). Por exemplo, em que se pesem as notórias peculiaridades linguísticas entre o falar de um carioca e de um soteropolitano, um carioca, falante nato de Língua Portuguesa, ao passar suas férias na Bahia – ou em qualquer outra parte do Brasil – conseguiria comunicar-se sem muitos problemas, pois, guardadas as ressalvas quanto aos possíveis estranhamentos repercutidos pelas variações – sobretudo de natureza lexical –, ainda assim ele compartilharia a mesma língua de seu interlocutor. Ou seja, embora não descartemos a possibilidade desse carioca não entender o significado de uma ou outra palavra ao ouvi-la pela primeira vez, ele teria consciência na situação linguageira de que as palavras em questão pertencem à Língua Portuguesa (Beline, 2015).

Posto isso, é possível afirmar que o principal fator responsável pelo reconhecimento da Língua Portuguesa – mas não só dela, como também de qualquer outra língua em seu contexto de origem e uso, em uma interação onde diferentes variedades estão em jogo – é a identificação, no contexto linguageiro, de traços linguísticos comuns, que nos identificam a outros falantes; e de normas e atitudes inerentes ao uso da Língua Portuguesa. Isso implica dizer também que, embora vocábulos diferentes sejam usados para referenciar um mesmo elemento do mundo, o falante é capaz de, pelo reconhecimento de sua organização morfológica, identificar padrões comuns ao de seu vernáculo. Ademais, torna-se imperativo destacar também que o uso “estilístico” da língua, gerando variantes de natureza pessoal, não afeta a capacidade intelectual da língua, pois, além das razões supracitadas, essas variantes são limitadas pela natureza comunicativa inerente a toda e qualquer língua.

Embora o indivíduo possa utilizar variantes, é no contato linguístico com outros falantes de sua comunidade que ele vai encontrar os limites para a sua variação individual. “Como o indivíduo vive inserido numa comunidade, deverá haver semelhanças entre a língua que ele fala e que os outros membros da comunidade falam”, (Beline, 2015, p.128).

Falantes de uma mesma língua, ainda que pertençam a um mesmo grupo socioeconômico e habitem um mesmo espaço geográfico, improvavelmente se expressarão de modo idêntico. Nem mesmo um falante, tomado de forma isolada, ficará restrito à expressão em um mesmo registro ou estilo. A fim de adaptar-se às condições exigidas pelo contexto linguageiro, ele será levado a selecionar expressões com maiores ou menores graus de formalidade, por exemplo. No que tange à tipologia das variações, agora lastreados pela Sociolinguística, sem prejuízo epistemológico às demais taxonomias, apresentaremos os três tipos básicos de variantes dialetais do ponto de vista dos fatores extralinguísticos: *variantes geográficas* ou *diatópicas* – ocorridas em função da identidade socio-regional do falante; *variantes socioculturais* ou *diastráticas* – ocorridas em função da realidade socioeconômica do falante; e *variantes de registro* ou *diafásicas* – ocorridas em razão do ajustamento à formalidade da situação linguística, à modalidade requerida ou à identidade social do receptor. Quanto aos níveis linguísticos em que essas variantes realizam-se, temos:

- *Fonético e fonológico* – tanto na alofonia² presente na variação livre dos fones [r] e [ʁ] realizados em porta [ˈpɔrtɐ] / torta [ˈtɔrtɐ], representando o *flap* paulista [r] –, e porta [ˈpɔʁtɐ] / torta [ˈtɔʁtɐ], – representando o [ʁ] aspirado carioca (variantes de natureza diatópica) – quanto na assimilação da vogal média /e/ realizando-se em [i] no processo de harmonização do exemplo /menino/ → [miˈninu].

- *Morfológico* – presente, por exemplo, entre o registro “olhar” com o morfema “r” marcado e o registro “olhá” – a variação nesse caso entre o “r”, desinência de infinitivo e o morfema “Ø”, seu apagamento (característico de situações pouco monitoradas ou de falantes de baixa escolarização, como também de registros orais)³ - ou entre o registro “salamito” e o registro “salam**inho**”, característicos, respectivamente, do falar paulista e do falar gaúcho.

- *Sintático* – como nas orações relativas a seguir, quanto ao que se refere à sintaxe de regência: “O livro **de** que necessito foi roubado.” / “O livro que necessito foi roubado”. O

² Variação da realização de um fonema sem implicação signíca, ou seja, possui apenas efeito fonético. Como os fones [r] e [ʁ] representam o mesmo fonema /r/, a variação não altera o significado contextual em que o signo se insere (SIMÕES, 2005).

³ É imperativo destacar que não há passividade quanto à natureza da variação em questão, pois alguns autores a classificam no nível fonológico, como se pode observar em Beline (2015, p. 123) e Mussalim & Bentes (2012, p. 62).

primeiro registro demonstra maior monitoramento pela presença da preposição “**de**” em obediência à sintaxe de regência prescrita pela Gramática Normativa, enquanto o segundo – de uso mais frequente entre os falantes do Português brasileiro – demonstra menor monitoramento em virtude da ausência da preposição “**de**”, no entanto os dois registros são semioticamente intercambiáveis, visto que não há implicação para o caráter sîgnio da comunicação, na troca de um pelo outro.

- *Lexical* – como nos registros de variação diatópica “redemoinho” e “rodamoinho”, respectivamente nos municípios paulistas de Santa Isabel e Arujá (Soares, 2012) e nos registros “biscoito” e “bolacha”, respectivamente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

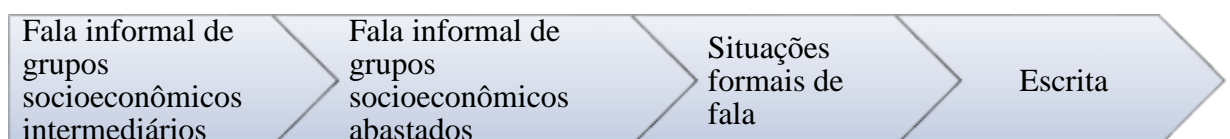
Em razão da comparação entre os níveis supracitados, não seria falho asseverar que a variação evidenciada em nível lexical, por ser mais dependente da situação comunicativa e do contexto linguístico para determinação do *referente* no mundo, pode se destacar mais à percepção do ouvinte em uma situação de comunicação. Dado exposto, podemos inferir que lidar com heterogeneidade das línguas implica romper com a imagem de uma língua homogênea, idealizada e considerar as variações, sem juízo de valor, evitando suscitar estigmas de origem preconceituosa que se limitam à classificação obtusa, limitada à pecha de *certo* ou *errado*, na medida em que não há como avaliar cientificamente uma variedade linguística nesses termos. Devemos ainda destacar que as variações linguísticas, – sejam por motivos internos à língua, sejam por motivos externos a ela –, quando aumentam sua frequência, podem indicar mudanças em processo. O contato entre línguas, por exemplo, – fator externo – como o do Latim com as línguas dos povos conquistados provocou mudanças específicas no próprio Latim em relação à área conquistada. Essas mudanças na língua ocorrem de forma tão lenta e gradual que nós, enquanto falantes, embora convivamos com elas, não temos clara percepção. Por serem legitimações de algumas variantes, também ocorrem em diferentes níveis de sua configuração, sem que isso danifique sua plenitude estrutural, seu caráter sistêmico e seu potencial semiótico, conferindo-lhe a permanência dos recursos de circulação de significados necessários aos falantes. A consciência das mudanças pelo falante se dá no confronto entre manifestações linguísticas afastadas no tempo – *mudança em tempo real*, ou entre manifestações coocorrentes cronologicamente – *mudanças em tempo aparente*; contudo, urge destacar que a condição *sine qua nom* para a percepção dessa mudança é a existência de um modelo legitimado como padrão em um determinado momento histórico sempre galgado num passado ideal onde os falantes teriam gozado de maior erudição, expressa por um registro

linguístico eleito como modelar, como abordaremos mais a frente. Segundo Faraco (2006, p.23),

“(...) a implementação das inovações é feita primordialmente pela fala informal das gerações mais jovens e pelos grupos socioeconômicos ditos intermediários, classificação que costuma abranger, quando se trata de populações urbanas em sociedades industrializadas, a classe média baixa e o topo da classe operária”.

Lembramos que, dentro desse universo de inovações, há aquelas que seguem uma escala até se formalizarem na língua, enquanto há outras que permanecem sendo estigmatizadas, como por exemplo, a marca de plural “-s” em todos os elementos de um sintagma nominal, frequente entre os falantes de classe média letrada em oposição à marcação apenas do primeiro elemento entre os falantes de classe social mais baixa, conforme já destacamos anteriormente. Fenômenos assim associados a fatores como formalidade da situação de fala apontam normalmente para mudanças em processo (Faraco, 2006). Entretanto há aspectos socioeconômicos e culturais que não podem ser obliterados. Os grupos com maior destaque na implementação de mudanças têm geralmente baixo prestígio social e sua fala – inclusive aquilo que nela é inovação – costuma ser valorada de forma negativa pelos grupos mais privilegiados econômica, social e culturalmente. Esses juízos de valor aparentemente alcançam as formas em si, mas, como essas, de um ponto de vista estritamente linguístico, são tão boas quanto quaisquer outras, os juízos de valor recaem, de fato, sobre os falantes em posição estigmatizada. “Uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.” (Gnerre, 2017, p.6-7). Muito embora saibamos que as mudanças não são totalmente obedientes a modelos rigorosos, propomos uma escala onde é possível vislumbrar as possíveis fases que culminam na efetivação da mudança.

Figura 1
Escala de implementação de mudanças



Fonte: produção própria

Em tempo, cabe-nos lembrar de que “nem toda variação implica mudança”, pois algumas variantes podem coexistir sem que uma seja incorporada definitivamente em detrimento da outra (Faraco, 2006, p.23). É imperativo destacar que algumas dessas variações representam uma tentativa de reafirmação de diferenças de uma comunidade de falantes diante de outra, enquanto também podem representar tão somente as peculiaridades da fala de cada grupo. Sem o equívoco de sermos redundantes, reafirmamos que a imagem de língua cultivada pela tradição gramatical e veiculada pela escola – esta assumida como instituição oficial para letramento dos cidadãos de uma sociedade grafocêntrica – reflete um modelo cristalizado, que se identifica com um conceito de língua única, excluindo todas as outras variantes como incorretas, contribuindo, assim, para o reducionismo maniqueísta do certo e do errado. Sem a pretensão de esgotar a riqueza de mudanças que o Português Brasileiro pode oferecer, exemplificaremos a seguir alguns casos de mudanças em cada um dos níveis gramaticais.

1.1 Mudanças na língua⁴

- Mudanças fonéticas e fonológicas

As mudanças fonéticas estão relacionadas às alterações nos sons da fala, à sua estrutura e à sua qualidade acústica, como ocorre no respectivo cotejo entre os registros do século XIII e registros contemporâneos a seguir: [’kowza] *cousa* → [kojza] *coisa*, [a’si] *assy* → [a’si] *assim*, [awmuʃarifi] *almuxarife* →, [awmoʃarifi] *almoxarife*, [akew] *aquel* → [akelj] *aquele*”.

- Mudanças morfológicas

As mudanças morfológicas estão relacionadas à estrutura das palavras, os processos derivacionais e flexionais, e às categorias gramaticais, como a formação do futuro do presente do indicativo, na mudança de uma forma perifrástica no latim “*amare + habeo*” – formada pelo verbo principal *amare* e o indicativo do verbo *habere* (*haver* no Português

⁴ Os conceitos elencados têm como orientação teórica a Linguística Histórica.

brasileiro contemporâneo) –, para a forma sintética, contemporânea ao Português Brasileiro: *amarei*. *Amare* + *aves* amar + *hás*: *amarás*

- Mudanças sintáticas

As mudanças sintáticas estão relacionadas às alterações na organização das sentenças numa língua e à fixação da ordem dos constituintes na passagem do Latim para as línguas românicas. Atualmente, os estudiosos têm destacado o fenômeno de *Gramaticalização* – passagem gradativa de um elemento lexical pleno (sua descoloração semântica) para um elemento gramatical – como grande colaborador para as mudanças sintáticas, como por exemplo, a passagem de um sintagma oracional para um sintagma nominal: “não me venha com esse seu *disse me disse*.”.

- Mudanças semânticas

As mudanças semânticas estão relacionadas à significação das palavras, guardando relações com aspectos etimológicos como os fatores geradores, redutores ou ampliadores de sentido. Especulamos ser o caso da palavra “*rival*”, do latim “*rivalis*”, com sentido primeiro de “relativo ao rio” ou “que está à margem dele” passou, – com mudança para forma “*rivales*”, – a designar “os que têm direito em comum ao uso de uma corrente de água”. Atualmente, a forma “*rival*” apresenta acepção de “opositor, adversário, competidor”.

- Mudanças pragmáticas

As mudanças pragmáticas estão relacionadas aos usos linguísticos em contraste com suas propriedades estruturais, conforme acontece com a redução da forma “senhor” para forma “seu”, quando passamos da referência a uma pessoa identificada como de maior prestígio social, em uma situação que requer mais formalidade, para uma pessoa identificada como de menor prestígio social, em uma situação que requer um grau menor de formalidade: “O senhor diretor Carlos o espera” e “Seu Marcos, pode pegar a bola que caiu aí?”.

- Mudanças Lexicais

As mudanças lexicais estão relacionadas ao estudo da composição do léxico, à origem e à incorporação de palavras de outras línguas (empréstimos). Segundo Faraco (2006) o estudo das mudanças lexicais no eixo do tempo correlaciona-se normalmente com o estudo mais amplo da história cultural da(s) comunidade(s) linguística(s), na medida em que o léxico é um dos pontos em que mais claramente se percebe a intimidade das relações entre língua e cultura”. Para o caso, podemos citar as palavras “*show*” e “*performance*” emprestadas do inglês, mas já incorporadas ao nosso léxico. Considerando um grande afastamento temporal, podemos destacar os registros “*acaecer*” e “*britamento*” (século XIII) para, respectivamente, “acontecer” e “naufrágio”.

Dessa forma, ficou claro que, muito embora as mudanças sejam naturais a todas as modalidades de expressão de uma língua, a comparação entre formas linguísticas de épocas diferentes, produzidas na modalidade escrita – mais conservadora em razão de sua natureza de registro – viabilizam com maior contundência a percepção das mudanças a que o Português Brasileiro sofreu. Com efeito, ratificamos que as mudanças de uma língua ocorrem tanto em sua modalidade falada quanto em sua modalidade escrita, – considerando que as mudanças da modalidade escrita ocorrem essencialmente em razão das mudanças na modalidade falada – o registro escrito, por ser mais conservador, apresenta um refreio que faz com que essas mudanças ocorram com maior lentidão (Faraco, 2006). Destarte, considerando o lastro teórico exposto aqui, é possível especular que em sociedades de cultura grafocêntrica como a brasileira, a escrita se contraponha a oralidade, assumindo posição de destaque, fazendo com que seu domínio corresponda um sinônimo de prestígio social, como poderemos verificar no capítulo a seguir.

2 CULTURA GRAFONCÊNTRICA

A princípio, esclarecemos que abordar as variantes linguísticas e suas mudanças, em uma perspectiva ancorada em princípios de uma sociedade grafocêntrica, é, na verdade, abordar a tensão entre a oralidade e a escrita, ou melhor, a natureza intrínseca da linguagem e o uso político e estático que se faz de uma das variantes da modalidade

escrita da língua. Percebemos na história do mundo que as sociedades desenvolvem como costume a transmissão a outros lugares e épocas de seus conhecimentos, suas descobertas e suas técnicas, e a escrita como uma grande tecnologia veio a se tornar o apanágio para a realização dessas ações, ao permitir que “a fala” afastasse-se de seu emissor, mantendo considerável integridade e objetividade. Nessas sociedades, os centros de transmissão de saber – o que hoje seria representado pelas escolas – cumpriam papel primordial como instituição responsável pela disseminação da cultura escrita por meio do letramento. Cabe-nos destacar, entretanto, que o desenvolvimento e a disseminação da cultura escrita foram – e talvez ainda sejam – restritos às camadas sociais que gozavam do status de poder, contribuindo, assim, para estabelecer e acentuar tanto no passado, quanto atualmente, as diferenças socioeconômicas significativas (Calvet, 2011).

Em sociedades letradas, a maioria dos falantes e ouvintes também são leitores e escritores cujo repertório linguístico é moldado não só pelo *input* recebido através do canal auditivo, mas também pela paisagem linguística em que cresceram e pelos textos escritos aos quais foram expostos desde tenra idade, assim como pela escola, que funciona como uma agência de legitimação e reprodução de uma língua oficial ou nacional (Coulmas, 2014, p.24).

A natureza peculiar do registro escrito, que viabiliza estruturas mais perenes no tempo também permite a construção de estruturas maiores e sintaticamente mais complexas, talvez, por isso, sejam bastante inadequadas à maior parte das modalidades orais, sobretudo as de menor monitoramento. Entendemos que em culturas grafocêntricas, quando se compara a modalidade falada à escrita pensa-se na preponderância desta, que é tomada como modelo estático e prestigiado de língua, sobre aquela que representa uma variante desprestigiada, eleita como coloquial. No entanto, é imperativo destacar que, mesmo na expressão da modalidade escrita, naturalmente ligada a um contexto de maior monitoramento empregado tradicionalmente em contextos sociais marcados pela formalidade, há um espectro que varia entre uma escrita mais formal e uma escrita menos formal. A partir desses aspectos é possível inferir que as diferenças, principalmente quanto aos aspectos formais que diferenciam as duas modalidades, entre fala e escrita, embora se realizem pela mesma base gramatical, destacam-se em relação ao seu contexto de uso e suas condições de produção. Com base em Ochs (*apud* Kato, 1987), cotejaremos algumas peculiaridades de cada uma dessas modalidades:

Quadro 1
Modelos de expressão linguística em relação ao planejamento

Modalidade oral	Modalidade escrita
Maior dependência de contextual	Menor dependência contextual
Estruturas morfossintáticas mais simples e curtas	Estruturas morfossintáticas mais complexas e longas
Repetição lexical	Baixa repetição lexical
Processo coesivo baseado em recursos paralinguísticos e suprasegmentais	Processo coesivo baseado em recursos lexicais e estruturas lexicais que usam conectores explícitos.

Fonte: Própria a partir de Kato (1987, p. 24).

A modalidade escrita prima no imaginário do senso comum da sociedade brasileira como uma semiose superior. Isso é natural, se considerarmos que somos uma sociedade herdeira do grafocentrismo, em virtude da colonização europeia, passando, assim, a estruturar nossa sociedade em torno de textos escritos. Historicamente, países de cultura oral submetidos ao julgo colonial que, recentemente, adquiriam independência tiveram por certo tempo suas línguas nativas negadas pelos sistemas administrativos e educacionais em favor das línguas coloniais oriundas das culturas grafocêntricas dominantes, “as segundas eram escritas, as primeiras não eram e, geralmente, justamente por isso, eram desprezadas”, (Calvet, 2011, p132). A cultura Escrita foi base para o desenvolvimento da cultura europeia de racionalidade, talvez esse contexto tenha permitido associar a escrita à razão, enquanto à fala foram relegadas a emoção e a instintividade. “O advento da imprensa em meados do século XV e a difusão do material impresso permitiram preparar o terreno para o movimento iluminista e a cultura moderna do conhecimento pessoal e da opinião informada”, Eisenstein (1979, *apud* Coulmas, 2014, p. 84). Nessas culturas grafocêntricas, onde a organização institucional pauta-se na escrita – *religião*⁵ (sobretudo as religiões dos três grandes livros, Bíblia, Torah e Corão), legislação (a legalidade condicionada a registros escritos), *administração* (os atos

⁵ Além da invenção da imprensa, outro fator preponderante para assunção da modalidade escrita como modelo para as sociedades modernas, e tidas como socialmente “evoluídas”, foi a religião. Ela colaborou imensamente para o prestígio da escrita em detrimento da fala, por exemplo, ao contestar a autoridade oral dos representantes da igreja católica - em virtude da reforma de Lutero -, postulando a bíblia como fonte verdadeira.

administrativos e normativos, o padrão ofício da comunicação oficial), *transmissão de saber* (os livros, que permitem o registro, o acúmulo e a transmissão de conhecimento ao longo do tempo e do espaço) – as mudanças apresentam maior lentidão. Assim, o crescimento do prestígio da escrita, por tornar-se modalidade atrelada à estruturação e funcionamento do Estado, fez com que se tornasse modalidade institucional.

Entretanto, Calvet (2011) destaca que a lei, a memória social, a organização política – hoje símbolos institucionais da cultura escrita – outrora existiam em contextos culturais orais: a Bíblia e o Corão, exemplos canônicos de textos e leis religiosos escritos, eram inicialmente orais, coletâneas de parábolas e relatos que foram agrupados e transcritos, assegurando-lhe, dessa forma, a perenidade. Ehlich (*apud* Kato, 1987), utiliza 4 categorias de discurso para explicitar algumas peculiaridades na comparação entre os usos da fala e da escrita: *emprático* – relacionado a atos de fala elementares, normalmente atrelados à função fática da linguagem; *homílico* – relacionado ao entretenimento e à interação comunicativa informal (estórias, piadas, conversas informais); *institucional* – gêneros comuns às funções administrativas, religiosas, legais e de transmissão de saber.

Quadro 2

Distribuição de funções entre a fala e a escrita em sociedades orais e em sociedades grafocêntricas.

SOCIEDADES ORAIS			SOCIEDADES GRAFOCÊNTRICAS		
Atividade	Oral	Escrita	Atividade	Oral	Escrita
<i>Emprática</i>	X		<i>Emprática</i>	X	
<i>Homílica</i>	X		<i>Homílica</i>	X	
<i>Institucional</i>	X		<i>Institucional</i>		X
<i>Transm. saber</i>	X		<i>Transm. saber</i>		X

Fonte: Kato (1987, p. 32-34).

Ao destacarmos o fato de que o Brasil é uma sociedade introduzida ao grafocentrismo, em razão de sua colonização europeia, refletida até hoje por nossa submissão tácita aos padrões virtualmente ideais, mais comuns ao Português europeu que ao brasileiro, e prescritos pela gramática normativa ensinada nas escolas como única opção prestigiada de língua, podemos especular que o Brasil ainda é uma sociedade com fortes traços de oralidade em razão dos baixos índices de letramento apresentados em nossa sociedade. Somente com o começo da expansão colonial ibérica, na segunda metade do século XV,

e com a estruturação definitiva dos poderes centrais dos estados europeus, os moldes da gramática greco-latina (segundo a tradição de sistematização de Dionísio de Trácia) foram utilizados para valorizar as variedades linguísticas escritas, já associadas com os poderes centrais e/ou com as regiões economicamente mais fortes. A afirmação de uma variedade linguística era, no caso da Espanha e de Portugal do fim do século XVI, uma dupla afirmação de poder: em termos internos, em relação às outras variedades linguísticas usadas na época que eram quase que automaticamente reduzidas a “dialetos” e, em termos externos, em relação às línguas dos povos que ficavam na área de influência colonial. (Gnerre, 2009, p.13)

O prestígio da escrita reflete-se na motivação para se adquirir a língua de Estado – língua de prestígio – uma vez que esta é identificada com a educação, o *status* social e todos os estereótipos a eles atrelados. A existência de uma gramática normativa associada a uma variante linguística eleita como ideal, por razões econômicas, sociais, geográficas e ideológicas, prescrita nas instituições de ensino fundamental e médio, gera um estatuto de estabilidade e conseqüente permanência maior do que em sociedades de cultura oral, ainda que essas correspondam a um número bem mais significativo no mundo – cerca de três quartos das línguas do mundo – e no Brasil – onde cerca de 250 línguas faladas no território expressam-se exclusivamente pela oralidade. Em tempo, ressaltamos que os conceitos míticos que atribuem às sociedades de cultura oral características de atraso social não apresentam insumos de base científica para que sejam justificados (Kato, 1987; Bagno, 2012).

Ao agir como um paradigma de vigilância, um moderador de mudanças, a gramática normativa de caráter prescritivo ensinada nas escolas como Língua de Estado e erroneamente associada à língua, como única variante elegível – cria no senso comum um modelo idealizado de língua no imaginário dos usuários que acaba servindo como referência de onde partem as comparações com outras variantes e as conseqüentes percepções de mudança. (Faraco, 2016). Não podemos esquecer a importância do dicionário e da cultura dos dicionários para a criação de uma prática escrita que unifica as variações em um padrão gráfico prescrito legalmente e a legitimação da cultura escrita, uma vez que todos os desvios gráficos são “corrigidos” para uma única ortografia oficial e determinado vocábulo só ganha legitimidade “oficial” – ainda que possa sofrer certos enxovalhos – a partir de seu ingresso no dicionário. Isto é, o dicionário sanciona formalmente a aceitação de itens lexicais já correntes no uso oral. Nessa perspectiva, a

busca pela alfabetização, ou letramento, conforme o plano mundial de acesso à cidadania fomentado pela UNESCO – tomado aqui como uma forma de acesso à cultura grafocêntrica – pode sugerir que apenas as culturas desenvolvidas em torno da escrita sejam socialmente evoluídas. Devemos deixar claro, no entanto, que essa pecha se dá mais propriamente pelo uso ideológico que se faz da escrita, como uma ferramenta de violência simbólica, do que pela cultura grafocêntrica em si mesma: “escrita não é, em si mesma, nem boa nem má” (Calvet, 2011, p. 136).

3. OS ESTIGMAS

A vida em uma sociedade contemporânea exige que seus cidadãos, à pena de serem excluídos da participação na esfera pública, desenvolvam o letramento. Em outras palavras, as habilidades desenvolvidas pelo letramento são indispensáveis para a participação na sociedade e para o exercício da cidadania, pois, em sociedades de cultura escrita conforme a brasileira, a modalidade escrita da língua é parte significativa do comportamento comunicativo diário de todas as pessoas – placas, *folders*, *outdoors*, jornais impressos, mensagens de *chats*, periódicos –, por isso implica diretamente o pleno exercício da cidadania. Acreditamos que a reação negativa dos falantes em relação às mudanças se dá com grande colaboração de nossa introdução na cultura grafocêntrica, pois mediante a isso, elegemos um padrão comunicativo, pautado em modalidade escrita – língua de Estado – como variante ideal. O hábito de aproximar a fala de escrita, na tentativa infundada e cientificamente, inócua de qualificar sua fala dentro dos padrões prescritos e aceitos pela sociedade, ou pelo menos, parte dela, foi uma das consequências naturais do desenvolvimento desse grafocentrismo e colaborou para essa obediência aos padrões escritos em detrimentos de outras variantes. Em sociedades grafocêntricas, a modalidade escrita da língua é concebida como protótipo de língua e a partir daí as variantes, principalmente as da modalidade oral, passam a ser estigmatizadas.

A implicação mais geral é a de que sociedades e indivíduos letrados têm espectro mais amplo de códigos para escolher; e têm de escolher. Todo ato comunicativo requer certo número de decisões para torná-lo adequado ao objetivo visado, incluindo a escolha do meio e do código (Coulmas, 2014, p.34).

Além disso, a doutrina gramatical tradicional de caráter prescritivo, desde sua origem, serve-se da língua escrita – em padrão estético literário – como modelo de língua. O alto grau de monitoramento desse padrão contribui para estigmatização da oralidade, que, por espontânea, passa a ser vista como caótica e desregrada. Esse contexto viabilizou notadamente a polarização “*escrita*” (ordem, razão) *versus* “*oralidade*” (caos, emoção). Nessa perspectiva, o estigma sobre as mudanças tem sua justificativa, em grande parte, pela confusão entre língua e gramática normativa – guardião da norma culta. No entanto, não obliteramos que não é apenas a modalidade escrita prescrita muitas vezes como proposta de língua correta, a única responsável pelo nascimento dos estigmas, pois a televisão, o rádio, os jornais impressos também agem como fortes colaboradores. Nesse contexto cabe comentar a grande revolução gerada com o aumento da intercomunicação por meio de dispositivos comunicativos digitais com acesso à internet. Alguns programas de televisão, por exemplo, na tentativa de maior interação dão assunção a formas peculiares de modalidade escrita, conhecida como *internetês*. É importante lembrar que ao citarmos gramática normativa prescritiva, estamos nos referindo à variante linguística comum a atos languageiros de maior monitoramento – mais comuns à modalidade escrita – como os das instituições oficiais.

(...) como o Estado e o poder são representados como entidades superiores e “neutras”, também o código aceito “oficialmente” pelo poder é apontado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder (Gnerre, 2017, p.9).

Não pode passar despercebida a ironia de que uma sociedade onde a constituição democrática declara igualdade entre os cidadãos, diante de a lei ter seus códigos constitucionais acessíveis apenas a uma pequena parcela de sua população em razão da extrema formalidade que o gênero requer. Impedindo a comunicação de seu conteúdo à grande parte da população, ao passo que restringe esse conteúdo a uma pequena parcela da população que forma, em grande parte, a elite intelectual brasileira. Urge destacar também que o processo de letramento pelo qual passamos para adquirir habilidades inerentes ao domínio da modalidade escrita como requisito básico para adentrarmos em uma sociedade atrelada ao grafocentrismo também tem grande colaboração para essa estigmatização, já que em uma sociedade grafocêntrica os objetivos educacionais inerentes ao desenvolvimento da sociedade são conduzidos pela busca da excelência no letramento e no

numeramento, deixando clara a pouca importância atribuída aos hábitos orais do povo (Kato, 1987).

REFERÊNCIAS

ALKMIM, T. M. SOCIOLINGUÍSTICA: parte 1. In. **MUSSALIN, F. e BENTES, A. C.** (Org.). **INTRODUÇÃO A LINGUÍSTICA:** Domínios e fronteiras, Vol. 1. 9ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2012.

BAGNO, M. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo. Parábola Editorial, 2012.

BELINE, R. A variação linguística. In. **FIORIN, J. L.** (org.). Introdução à Linguística I: objetos teóricos. São Paulo. Contexto, 2015.

CALVET, L. Tradição oral & tradição escrita. São Paulo. Parábola Editorial, 2011.

FARACO, C. A. LINGUÍSTICA HISTÓRICA: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo. Parábola Editorial, 2006.

GNERRE, M. Língua, escrita e poder. São Paulo. Editora WMF Fontes, 2009.

KATO, M. A. NO MUNDO DA ESCRITA: Uma perspectiva psicolinguística. São Paulo. editora Ática, 1987.

SIMÕES, D. FONOLOGIA EM NOVA CHAVE: considerações metodológicas sobre a fala e a escrita. 2ª ed. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação Editora. 2005.

TRASK, R. L. Dicionário de linguagem e linguística. São Paulo. Contexto, 2015.